



ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
CNPJ/MF nº 03.467.321/0001-99
NIRE 51.300.001.179
Companhia Aberta

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
DA COMPANHIA A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2015, ÀS 08:00 HORAS**

1. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, JÁ DIVULGADA NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PUBLICADAS EM 28 E 30 DE MARÇO DE 2015, PARA A DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2014 DE ACORDO COM O ANEXO 9-1-II DA IN CVM Nº 481.

1. Informar o lucro líquido do exercício:

- R\$ 104.773.576,52 em 2014.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- Dividendos de R\$ 17.024.943,99, perfazendo R\$ 0,09995357374 por ação ordinária e preferencial.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

- 16,2%.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:

- Não houve.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:** dividendos - ações ordinárias R\$ 5.875.519,85; ações preferenciais R\$ 11.149.424,14, perfazendo R\$ 17.024.943,99 (R\$ 0,09995357374 por ação ordinária e preferencial), já tendo sido antecipados e pagos em 27 de março de 2015 o valor de R\$ 14.562.372,27 (R\$ 0,08549579674 por ação ordinária e preferencial). O dividendo complementar, no valor de R\$ 2.462.571,72 (R\$ 0,014457777 por ação ordinária e preferencial), sendo R\$ 849.864,12 em ações ordinárias e R\$ 1.612.707,60 em ações preferenciais, será pago em data a ser definida na Assembleia.
- b. a forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio:** foram antecipados e quitados, à vista, em 27 de março de 2015, o valor de R\$ 14.562.372,27

(R\$ 0,08549579674 por ação ordinária e preferencial). O dividendo complementar, no valor de R\$ 2.462.571,72 (R\$ 0,014457777 por ação ordinária e preferencial) será pago, à vista, em data a ser definida na Assembleia, com base em balanço levantado pela Companhia a conta de lucros apurados no exercício de 2014.

- c. **Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio - Não aplicável.**
 - d. **Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.** Data da Assembleia Geral Ordinária que apreciará as demonstrações financeiras do exercício findo em dezembro de 2014.
- 6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.**
- a. **Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados - Não Aplicável**
 - b. **Informar a data dos respectivos pagamentos - Não Aplicável**
- 7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**
- a. **Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

Exercício	Lucro líquido (prejuízo) (R\$)	Lucro líquido (prejuízo) por ação (R\$)	Lucro líquido (prejuízo) por ação ordinária (R\$)	Lucro líquido (prejuízo) por ação preferencial (R\$)
2014	104.773.576,52	0,62	0,62	0,62
2013	(382.711.462,57)	(3,22)	(3,22)	(3,22)
2012	(52.879.215,93)	(0,44)	(0,44)	(0,44)
2011	146.883.540,07	1,22	1,22	1,22

- b. **Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores (não houve distribuição de juros sobre capital próprio):**

Exercício	Dividendo total (R\$)	Ação ordinária (R\$ por ação)	Ação preferencial (R\$ por ação)
2014	17.024.943,95	0,09995357374	0,09995357374
2013	-	-	-
2012	-	-	-
2011	38.334.841,00	0,302712346	0,332988835

- 8. Havendo destinação de lucros à reserva legal**

- a. **Identificar o montante destinado à reserva legal:**

R\$ 2.707.967,69

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal:

Demonstrativo	R\$
(+) Lucro Líquido Antes do IRPJ/CSLL	-35.821.067,18
(-) IRPJ/CSLL	140.594.644,63
(=) Lucro Líquido Antes das Participações	104.773.577,45
(-) Absorção de Prejuízos Acumulados - PL	-50.614.223,74
(=) Base de Cálculo da Reserva Legal	54.159.353,71
(-) Reserva Legal - 5%	2.707.967,69

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos - não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme estabelece o artigo 32 do Estatuto Social:

“Art.32 - A Companhia distribuirá, entre todas as espécies de suas ações, como dividendo obrigatório, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76.”

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

A Companhia realizará o pagamento de dividendos em valor equivalente ao valor mínimo obrigatório (25%).

c. Informar o montante eventualmente retido

Não houve

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia - não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências - não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar - não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias - não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção - não aplicável

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A
Proposta da Administração para Aprovação do Orçamento de Capital
Exercício de 2015

Aplicações de Capital e Fontes de Recursos (Regime de Fluxo de Caixa)	R\$ Milhões
APLICAÇÕES DE CAPITAL	1.420,2
1. Investimento nas operações (capex e incorporação de redes de terceiros)	647,0
2. Pagamento do serviço da dívida bancária (amortização + juros)	251,3
3. Manutenção de caixa para reforço da estrutura de capital, incluindo capital de giro	521,8
FONTES DE RECURSOS	1.420,2
1. Geração operacional de caixa após impostos (inclui receita financeira)	382,9
2. Operações de Financiamentos de Investimentos / Participações do Consumidor	313,9
3. Utilização de recursos disponíveis em caixa e redução do capital circulante líquido	723,4
3.1. Reserva de Retenção de Lucros conforme determinado no "Plano Aneel"	41,8
3.2. Recursos do saldo de caixa e equivalentes existente	681,6

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais - não aplicável.

2. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA - ELABORADA COM BASE NO CAPÍTULO 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (IN CVM 480/09) - PARA A REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES PARA O EXERCÍCIO DE 2015, A SER APROVADA PELOS ACIONISTAS.

13. Remuneração dos Administradores

13.1 - Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração:

A política de remuneração da Companhia está baseada nas seguintes premissas:

Conselho de Administração

- Estar alinhada às práticas do mercado e garantir a competitividade organizacional da empresa no seu segmento.
- Ser transparente e formalizada através de regras que garantem o seu correto entendimento.
- Ser flexível e poder sofrer adaptações ao longo do tempo, conforme ajuste/mudança das estratégias da organização.
- Basear-se em resultados objetivos e mensuráveis, para o Presidente e Vice Presidente do Conselho.

Diretoria Estatutária

- Estar alinhada às práticas do mercado e garantir a competitividade organizacional da empresa no seu segmento.
- Ser transparente e formalizada através de regras que garantem o seu correto entendimento.
- Ser flexível e poder sofrer adaptações ao longo do tempo, conforme ajuste/mudança das estratégias da organização.
- Basear-se em resultados objetivos e mensuráveis.

Diretoria Não Estatutária

- Estar alinhada às práticas do mercado e garantir a competitividade organizacional da empresa no seu segmento.
- Ser transparente e formalizada através de regras que garantem o seu correto entendimento.
- Ser flexível e poder sofrer adaptações ao longo do tempo, conforme ajuste/mudança das estratégias da organização.
- Basear-se em resultados objetivos e mensuráveis.

Conselho Fiscal

- Estar alinhada às práticas do mercado e garantir a competitividade organizacional da empresa no seu segmento.
- Ser transparente e formalizada através de regras que garantem o seu correto entendimento.
- Ser flexível e poder sofrer adaptações ao longo do tempo, conforme ajuste/mudança das estratégias da organização.

b) Composição da Remuneração:

i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

A remuneração dos membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Diretoria Não Estatutária da Companhia é composta pelos elementos abaixo descritos, os quais possuem os seguintes objetivos:

Conselho de Administração:

(a) Remuneração Fixa Anual:

Salário/Honorários: Valor pago mensalmente, cujo principal objetivo é remunerar o executivo dentro da mediana do “mercado Hay”. O mercado Hay é calculado de acordo com pesquisa salarial realizada pela Hay do Brasil Consultores. O mercado Hay é utilizado para o Presidente e Vice Presidente do Conselho. Demais Conselheiros são reajustados pela variação do IPCA.

Benefícios Diretos e Indiretos: Pacote de benefícios oferecido conforme prática do mercado, incluindo seguro de vida, seguro saúde e automóvel com o objetivo de contribuir para o bem estar e atrair e reter os executivos. O pacote de benefícios atualmente é oferecido para o Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Outros: Valor do Encargo Social (INSS) parte empresa.

(b) Remuneração Variável:

Participação nos resultados (PLR): Valor pago em função do cumprimento das metas estabelecidas por meio de indicadores de desempenho, tendo como objetivo remunerar o executivo com base no seu desempenho e no da empresa tendo como referência a mediana do mercado Hay. Somente possui direito à Remuneração Variável o Presidente e Vice Presidente do Conselho de Administração.

(c) Benefícios pós-emprego: Previdência Privada oferecida para o Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Diretoria Estatutária:

(a) Remuneração Fixa Anual:

Salário/Honorários: Valor pago mensalmente, cujo principal objetivo é remunerar o executivo dentro da mediana do “mercado Hay”. O mercado Hay é calculado de acordo com pesquisa salarial realizada pela Hay do Brasil Consultores.

Benefícios Diretos e Indiretos: Pacote de benefícios oferecido conforme prática do mercado, incluindo seguro de vida, seguro saúde e automóvel com o objetivo de contribuir para o bem estar e atrair e reter os executivos.

Outros: Valor do Encargo Social (INSS) parte empresa e depósito FGTS.

(b) Remuneração Variável:

Participação nos resultados (PLR): Valor pago em função do cumprimento das metas estabelecidas por meio de indicadores de desempenho, tendo como objetivo remunerar o executivo com base no seu desempenho e no da empresa tendo como referência a mediana do mercado Hay.

(c) Benefícios pós-emprego: Previdência Privada

Diretoria Não Estatutária:

(a) Remuneração Fixa Anual:

Salário/Honorários: Valor pago mensalmente, cujo principal objetivo é remunerar o executivo dentro da mediana do “mercado Hay”. O mercado Hay é calculado de acordo com pesquisa salarial realizada pela Hay do Brasil Consultores.

Benefícios Diretos e Indiretos: Pacote de benefícios oferecido conforme prática do mercado, incluindo seguro de vida, seguro saúde, ticket alimentação e automóvel com o objetivo de contribuir para o bem estar e atrair e reter os executivos.

Outros: Valor do Encargo Social (INSS) parte empresa e depósito FGTS.

(b) Remuneração Variável:

Participação nos resultados (PLR): Valor pago em função do cumprimento das metas estabelecidas por meio de indicadores de desempenho, tendo como objetivo remunerar o executivo com base no seu desempenho e no da empresa tendo como referência a mediana do mercado Hay.

(c) Benefícios pós-emprego: Previdência Privada

Conselho Fiscal:

(a) Remuneração Fixa Anual:

Salário/Honorários: Valor pago mensalmente, cujo principal objetivo é remunerar o executivo dentro da mediana de mercado.

ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

Em média, a proporção de cada elemento da remuneração total é de:

Orgão	Honorários	PLR	Benefícios	Encargos Sociais + Fundiários	Total
Conselho de Administração	57%	26,0%	1%	17%	100%
Diretoria Executiva	48%	26%	1%	25%	100%
Conselho Fiscal	82%	0%	1%	17%	100%

iii) Metodologia do cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

O reajuste da parcela fixa e variável da remuneração dos integrantes do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal é definido em assembléia geral de acionistas da Companhia e tem como base pesquisa salarial realizada pela empresa de consultoria Hay do Brasil Consultores Ltda., do Hay Group. A política da Companhia é pagar dentro da Mediana do Mercado Hay.

O Mercado Hay 2014 contempla: 4.701 executivos, 47 cargos executivos, 346 empresas de vários portes e vários setores, 6 macro setores (Indústria de Base, Indústria Geral, Serviços, Infraestrutura (incluindo o setor de energia elétrica), Comercio/Varejo e Agronegócio.

A Hay disponibiliza várias equações para cálculo da remuneração dos executivos. Na companhia utilizamos as seguintes equações:

Equação do Salário Base: Salário nominal (base maio) anualizado de acordo com o número de salários pagos no ano. Equação utilizada para calcular a parcela fixa da remuneração dos administradores.

Equação do Total em Dinheiro: Salário Base acrescido dos incentivos de curtos prazos alvos (bônus, PLR, prêmios, entre outros) pagos no último exercício fiscal. Equação utilizada para calcular a parcela variável da remuneração dos administradores.

iv) Razões que justificam a composição da remuneração:

Os executivos da Companhia são remunerados de acordo com as responsabilidades do cargo e nível de competitividade da Companhia.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Parcela Fixa da Remuneração: Não é utilizado indicadores de desempenho

Parcela da Remuneração Variável: Os indicadores de desempenho levados em consideração na determinação da parcela de Remuneração Variável estão alinhados com os objetivos da Companhia e contemplam todas as importantes dimensões de seus resultados, quais sejam, financeira, de clientes, processos internos, colaboradores e de

melhoria contínua. Os principais indicadores utilizados são:

Despesas Controláveis

Lucro Líquido Ajustado

Ebitda Ajustado

PDD + incobráveis

Perdas Totais

Inadimplência

Pendente

CST - Coeficiente Segurança Trabalho

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

Os valores da PLR são definidos de acordo com o desempenho de cada executivo. Este desempenho é medido por meio da metodologia de medição e gestão de desempenho *Balanced Scorecard* (“BSC”), sendo que para BSC = 100% paga-se a mediana do “mercado Hay”. Da mesma forma, para desempenhos inferiores, paga-se valor abaixo da mediana do “mercado Hay” e para desempenhos superiores, paga-se acima dessa mediana.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:

Através da prática de adoção da remuneração e benefícios compatíveis com o mercado, a Companhia busca, a curto prazo, atrair e, a médio e longo prazo, conservar profissionais qualificados, de forma a manter em seu quadro profissionais incentivados e comprometidos com a sua estratégia de crescimento sustentável e o seu plano de negócios.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

O Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária possuem sua remuneração rateadas entre as empresas do grupo. Para definição do rateio levou-se em consideração o faturamento de cada empresa do Grupo Energisa. São rateados Salário, Benefícios Diretos e Indiretos e a Remuneração Variável. Para obtenção dos valores do rateio consultar o quadro 13.15.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação de controle societário do emissor:

Em decorrência da compra ou alienação de controle societário, normalmente é pago, para os profissionais que atuaram diretamente na operação, um bônus definido e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Nos últimos 3 exercícios não foram pagos nenhuma remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário.

13.2 - Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração reconhecida para o Exercício de 2012 (R\$)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	7,25	3,00	5,00	15,25
c.i. Remuneração fixa anual	499.912,00	2.140.283,79	253.293,38	2.893.489,17
Salário ou Pró-labore	406.000,00	1.475.003,09	229.400,00	2.094.403,09
Benefícios diretos e indiretos	12.712,00	224.644,97	4.590,90	273.451,48
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	81.200,00	440.635,73	19.302,48	541.138,21
c.ii. Remuneração variável	-	230.000,00	-	230.000,00
Bônus	-	230.000,00	-	230.000,00
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
c.v. Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por cada Órgão	499.912,00	2.370.283,79	253.293,38	-
e. Total da remuneração dos Órgãos				3.123.489,17

Observação: no quadro acima, referente a remuneração do exercício de 2012, estão incluídas as remunerações das duas administrações: a administração anterior à Intervenção, até 31/08/2012, e a administração da Intervenção, a partir de 01/09/2012.

O número de membros de cada órgão foi apurado conforme o especificado no Ofício Circular CVM/SEP/nº 3/12

Remuneração prevista no resultado do exercício de 2013 (R\$)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros		3,00	4,00	7,00
c.i. Remuneração fixa anual		2.481.932	277.900	2.759.832
Salário ou Pró-labore		1.441.435	192.000,00	1.633.435
Benefícios diretos e indiretos		545.693	47.500	593.193
Remuneração por participação em comitês				
Outros		494.804	38.400	533.204
c.ii. Remuneração variável		5.153	0,00	5.153
Bônus				
Participação nos resultados		5.153	0,00	5.153
Remuneração por participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
c.iii. Benefícios pós-emprego				
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo				
c.v. Remuneração baseada em ações				
d. Valor da remuneração por cada Órgão		2.487.085	277.900	
e. Total da remuneração dos Órgãos				2.764.985

Observação: O número de membros de cada órgão foi apurado conforme o especificado no Ofício Circular CVM/SEP/nº 3/12.

Ano: 2014

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	5,25	5,67	7	18
c. Remuneração Segregada em:				
i. Remuneração Fixa Anual	120.512,22	2.588.901,05	445.973,32	3.155.386,59
. Salário ou pró-labore	93.266,66	1.706.916,00	371.133,32	2.171.315,98
. Benefícios diretos e indiretos				0,00
. Remuneração por participação em comitês				0,00
. Outros (INSS + FGTS)	27.245,56	881.985,05	74.840,00	984.070,61
ii. Remuneração Variável	42.570,76	938.358,38	0,00	980.929,14
. Bônus	-			0,00
. Participação nos resultados	42.570,76	938.358,38		980.929,14
. Remuneração por participação em reunião				0,00
. Comissões				0,00
. Outros				0,00
iii. Benefícios pós-emprego	935,77	42.159,42	5.896,00	48.991,19
iv. Benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo				0,00
d.e. Valor da Remuneração por órgão e Total Geral	164.018,75	3.569.418,85	451.869,32	4.185.306,92

Notas:

(1) O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no ofício Circular DVM/SEP/Nº 03/2012.

Ano: 2015 (a ser aprovado em Assembléia de Acionistas da Companhia)

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	7	8	10	25
c. Remuneração Segregada em:				
i. Remuneração Fixa Anual	818.872,80	3.069.040,24	648.000,00	4.535.913,04
. Salário ou pró-labore	682.394,00	2.275.808,00	540.000,00	2.284.952,00
. Benefícios diretos e indiretos		156.006,00		145.800,00
. Remuneração por participação em comitês				-
. Outros (INSS + FGTS)	136.478,80	637.226,24	108.000,00	601.379,00
ii. Remuneração Variável	450.692,20	1.754.611,76	-	2.205.303,96
. Bônus				-
. Participação nos resultados	450.692,20	1.754.611,76		2.205.303,96
. Remuneração por participação em reunião				-
. Comissões				-
. Outros				-
iii. Benefícios pós-emprego	42.767,00	144.035,00		186.802,00
iv. Benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo				-
d.e. Valor da Remuneração por órgão e Total Geral	1.312.332,00	4.967.687,00	648.000,00	6.928.019,00

Notas:

(1) O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no ofício Circular DVM/SEP/Nº 03/2012.

13.3 - Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração variável - exercício social de 2012 (R\$)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros		3,00	0	3,00
c. Em relação ao Bônus:	-			
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	230.000,00	0	230.000,00
d. Em relação à participação no resultado:	-	-	-	-
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-

Observações:

- (i) O número de membros de cada órgão (letra "b") corresponde, conforme Ofício Circular/CVM/SEP/Nº03/2012, ao número de diretores e conselheiros para quem será atribuída remuneração variável reconhecida no resultado do emissor no exercício.
- (ii) No exercício de 2012, não foram definidos valores mínimos previstos e valores máximos previstos, no plano de remuneração.
- (iii) As tabelas acima incluem os encargos previstos no item "13.2" Remuneração Variável (Outros).

Remuneração variável - exercício social encerrado em 2013 (R\$)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros		3,00	-	3,00
c. Em relação ao Bônus:	-			
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais.				
d. Em relação à participação no resultado:	-	-	-	-
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	5.153,00	-	5.153,00
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-

Observação:

- (i) O número de membros da Diretoria Estatutária corresponde ao Interventor e os dois diretores nomeados por ele.
- (ii) No exercício de 2013, não foram definidos valores mínimos previstos e valores máximos previstos, no plano de remuneração.

Ano: 2014

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	2	6	-	8
c. Bônus				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
iii. Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	0,00
d. PLR				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	-	0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	566.692,00	1.600.397,00	-	2.167.089,00
iii. Valor efetivamente reconhecido no resultado	42.570,76	938.358,38		980.929,14

Nota

(1) No Conselho de Administração somente o Presidente e Vice Presidente do Conselho possuem remuneração variável

Ano: 2015 (a ser aprovado em Assembléia de Acionistas da Companhia)

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	2	6	-	8
c. Bônus				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
iii. Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	0,00
d. PLR				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	-	0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	450.692,20	1.754.611,76		2.205.303,96
iii. Valor efetivamente reconhecido no resultado			-	

Nota

(1) No Conselho de Administração somente o Presidente e Vice Presidente do Conselho possuem remuneração variável

13.10 - Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

a)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. número de membros		3
c. Nome do Plano	PGBL CEF	
d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	-	-
e. condições para se aposentar antecipadamente	Não se aplica	
f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	R\$ 96.906,29
g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	R\$ 93.166,30
h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Não se aplica	

13.11 - Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Em relação ao Exercício de 2012 (Valores Anuais):

Os quadros abaixo se referem às remunerações ocorridas de janeiro ao final de agosto de 2012, ocasião em que ocorreu a Intervenção Administrativa e os Diretores e Conselheiros foram afastados de seus cargos. Portanto, durante o exercício de 2012, nenhum Conselheiro ou Diretor Estatutário exerceu cargo por 12 meses.

Conselho de Administração

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
7,25	68.789,00	68.789,00	68.789,00

Diretoria Estatutária

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
3,00	672.494,25	437.859,43	516.071,04

Observações:

- (i) Devido à Intervenção Administrativa ocorrida em 31 de agosto de 2012, nenhum membro do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal exerceu suas funções por 12 meses;
- (ii) O cálculo utilizado para apuração do número de membros da remuneração média foi a média anual de membros que receberam no respectivo exercício, sendo em 2012 - 3,08.

Conselho Fiscal

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
7,00	33.431,73	33.431,73	33.431,73

Em relação ao Exercício de 2012 (Valores Anuais):

Os quadros abaixo se referem às remunerações ocorridas de a partir de setembro de 2012, ou seja, após a Intervenção Administrativa da Companhia. Portanto, durante o exercício de 2012, nenhum Conselheiro ou Diretor Estatutário exerceu cargo por 12 meses.

Conselho de Administração

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual

Diretoria Estatutária

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
3,00	281.629,99	254.506,24	274.023,56

Observações:

- (i) Nenhum membro exerceu o cargo por 12 meses, devido a Intervenção no final de agosto de 2012. Portanto consideramos a remuneração efetivamente reconhecida durante o exercício, não havendo, portanto, exclusão de membros para efeito de cálculo.
- (ii) O cálculo utilizado para apuração do número de membros da remuneração média foi a média anual de membros que receberam no respectivo exercício, sendo em 2012 - 3,00.

Conselho Fiscal

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
4,00	18.526,59	18.526,59	18.526,59

Em relação ao Exercício de 2013 (Valores Anuais):

Conselho de Administração

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual

Diretoria Estatutária

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
3,00	913.916,00	737.078,00	829.028,00

Observações:

- (i) O valor da menor remuneração anual foi apurado considerando 1 interventor da empresa.
- (ii) O cálculo utilizado para apuração do número de membros da remuneração média foi a média anual de 1 membro.

Conselho Fiscal

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
4,00	72.235,00	65.280,00	69.475,00

Conselho de Administração

Ano	Número de Membros	Valor da maior remuneração individual	Valor da menor remuneração individual	Valor médio de remuneração individual
2014	5,25	43.132,38	13.200,00	31.241,67

Diretoria Estatutária

Ano	Número de Membros	Valor da maior remuneração individual	Valor da menor remuneração individual	Valor médio de remuneração individual
2014	5,67	789.775,40	91.045,29	629.527,13

Diretoria Conselho Fiscal

Ano	Número de Membros	Valor da maior remuneração individual	Valor da menor remuneração individual	Valor médio de remuneração individual
2014	7	64.552,76	64.552,76	64.552,76

13.12 - Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:

Não há.

13.13 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Órgão	2012	2013	2014
Conselho de Administração	16%	0%	26%
Diretoria Estatutária	76%	90%	13%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A

13.14 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não ocorreu nenhum pagamento dessa natureza.

13.15 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da

diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

i. Informações somente de 2014, ano em que ocorreu a aquisição pelo Grupo Energisa, pois nos anos anteriores as concessionárias de distribuição estavam sob Intervenção Administrativa pelo Órgão Regulador e cada uma delas passou a ser administrada de forma totalmente independente, por Interventores distintos.

	Energisa Paraíba				Energisa Borborema			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração Segregada em:								
i. Remuneração Fixa Anual	1.429.607,71	753.829,15		2.183.436,86	319.612,94	303.003,40		622.616,35
. Salário ou pró-labore	1.191.339,76	588.929,02		1.780.268,78	266.344,12	236.721,41		503.065,53
. Benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00		0,00		0,00		0,00
. Remuneração por participação em comitês				0,00				0,00
. Outros (INSS + FGTS)	238.267,95	164.900,13		403.168,08	53.268,82	66.281,99		119.550,82
ii. Remuneração Variável	1.049.538,89	349.386,22		1.398.925,11	224.884,45	142.688,75		367.573,20
. Bônus				0,00				0,00
. Participação nos resultados	1.049.538,89	349.386,22		1.398.925,11	224.884,45	142.688,75		367.573,20
. Remuneração por participação em reunião				0,00				0,00
. Comissões				0,00				0,00
. Outros				0,00				0,00
iii. Benefícios pós-emprego	63.012,22	150.621,73		213.633,95	11.073,77	19.949,45		31.023,22
iv. Benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo				0,00				0,00
Total da remuneração	2.542.158,82	1.253.837,10		3.795.995,92	555.571,17	465.641,60		1.021.212,77

	Energisa Minas Gerais				Energisa Nova Friburgo			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração Segregada em:								
i. Remuneração Fixa Anual	491.565,38	532.354,06		1.023.919,44		195.101,20		195.101,20
. Salário ou pró-labore	360.257,24	315.540,60		675.797,84		152.422,81		152.422,81
. Benefícios diretos e indiretos	59.256,69	128.462,09		187.718,78				0,00
. Remuneração por participação em comitês				0,00				0,00
. Outros (INSS + FGTS)	72.051,45	88.351,37		160.402,82		42.678,39		42.678,39
ii. Remuneração Variável	345.283,80	293.253,32		638.537,12		104.042,17		104.042,17
. Bônus				0,00				0,00
. Participação nos resultados	327.174,38	255.387,26		582.561,64		104.042,17		104.042,17
. Remuneração por participação em reunião				0,00				0,00
. Comissões				0,00				0,00
. Outros				0,00				0,00
iii. Benefícios pós-emprego	18.109,42	37.866,06		55.975,48		13.362,12		13.362,12
iv. Benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo				0,00				0,00
Total da remuneração	836.849,18	825.607,38		1.718.432,04		312.505,49		312.505,49

	Energisa Sergipe				Energisa Holding			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração Segregada em:								
i. Remuneração Fixa Anual	629.007,48	596.812,70		1.225.820,18	163.566,30	164.249,23		327.815,53
. Salário ou pró-labore	524.172,90	466.259,92		990.432,82	136.305,25	73.493,67		209.798,92
. Benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00		0,00	0,00	76.143,02		76.143,02
. Remuneração por participação em comitês				0,00		0,00		0,00
. Outros (INSS + FGTS)	104.834,58	130.552,78		235.387,36	27.261,05	14.612,54		41.873,59
ii. Remuneração Variável	437.554,15	399.647,02		837.201,17	72.267,44	65.144,78		137.412,22
. Bônus				0,00				0,00
. Participação nos resultados	437.554,15	399.647,02		837.201,17	72.267,44	65.144,78		137.412,22
. Remuneração por participação em reunião				0,00				0,00
. Comissões				0,00				0,00
. Outros				0,00				0,00
iii. Benefícios pós-emprego	25.458,84	25.126,69		50.585,53	3.971,72	9.082,99		13.054,71
iv. Benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo				0,00				0,00
Total da remuneração	1.092.020,47	1.021.586,41		2.113.606,88	239.805,46	238.477,00		478.282,46

	CAIUA				CNEE			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração Segregada em:								
i. Remuneração Fixa Anual	0,00	24.644,24		24.644,24	0,00	59.370,65		59.370,65
. Salário ou pró-labore		19.253,31		19.253,31		46.383,32		46.383,32
. Benefícios diretos e indiretos		0,00		0,00		0,00		0,00
. Remuneração por participação em comitês				0,00				0,00
. Outros (INSS + FGTS)		5.390,93		5.390,93		12.987,33		12.987,33
ii. Remuneração Variável	0,00	22.148,15		22.148,15	0,00	43.896,09		43.896,09
. Bônus				0,00				0,00
. Participação nos resultados		22.148,15		22.148,15		43.896,09		43.896,09
. Remuneração por participação em reunião				0,00				0,00
. Comissões				0,00				0,00
. Outros				0,00				0,00
iii. Benefícios pós-emprego				0,00				0,00
iv. Benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo				0,00				0,00
Total da remuneração	0,00	46.792,39		46.792,39	0,00	103.266,74		103.266,74

	EDEVP				BRAGANTINA			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração Segregada em:								
i. Remuneração Fixa Anual	0,00	23.103,97		23.103,97	0,00	59.370,65		59.370,65
. Salário ou pró-labore		18.049,98		18.049,98		46.383,32		46.383,32
. Benefícios diretos e indiretos		0,00		0,00		0,00		0,00
. Remuneração por participação em comitês				0,00				0,00
. Outros (INSS + FGTS)		5.053,99		5.053,99		12.987,33		12.987,33
ii. Remuneração Variável	0,00	22.148,15		22.148,15	0,00	43.896,09		43.896,09
. Bônus				0,00				0,00
. Participação nos resultados		22.148,15		22.148,15		43.896,09		43.896,09
. Remuneração por participação em reunião				0,00				0,00
. Comissões				0,00				0,00
. Outros				0,00				0,00
iii. Benefícios pós-emprego				0,00				0,00
iv. Benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo				0,00				0,00
Total da remuneração	0,00	45.252,12		45.252,12	0,00	103.266,74		103.266,74

	CFLO				Energisa Tocantins			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração Segregada em:								
i. Remuneração Fixa Anual	0,00	34.623,97		34.623,97	76.800,00	67.810,20		144.610,20
. Salário ou pró-labore		27.049,98		27.049,98	64.000,00	52.976,72		116.976,72
. Benefícios diretos e indiretos		0,00		0,00				0,00
. Remuneração por participação em comitês				0,00				0,00
. Outros (INSS + FGTS)		7.573,99		7.573,99	12.800,00	14.833,48		27.633,48
ii. Remuneração Variável	0,00	28.151,12		28.151,12	42.570,76	56.415,39		98.986,15
. Bônus				0,00				0,00
. Participação nos resultados		28.151,12		28.151,12	42.570,76	56.415,39		98.986,15
. Remuneração por participação em reunião				0,00				0,00
. Comissões				0,00				0,00
. Outros				0,00				0,00
iii. Benefícios pós-emprego				0,00				0,00
iv. Benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo				0,00				0,00
Total da remuneração	0,00	62.775,09		62.775,09	119.370,76	124.225,59		243.596,35

	Energisa Mato Grosso do Sul				Rede Energia			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração Segregada em:								
i. Remuneração Fixa Anual	72.000,00	529.733,22		601.733,22			138.240,00	138.240,00
. Salário ou pró-labore	60.000,00	413.854,08		473.854,08			108.000,00	108.000,00
. Benefícios diretos e indiretos				0,00				0,00
. Remuneração por participação em comitês				0,00				0,00
. Outros (INSS + FGTS)	12.000,00	115.879,14		127.879,14			30.240,00	30.240,00
ii. Remuneração Variável	42.570,76	442.511,25		485.082,01				0,00
. Bônus				0,00				0,00
. Participação nos resultados	42.570,76	442.511,25		485.082,01				0,00
. Remuneração por participação em reunião				0,00				0,00
. Comissões				0,00				0,00
. Outros				0,00				0,00
iii. Benefícios pós-emprego				0,00				0,00
iv. Benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo				0,00				0,00
Total da remuneração	114.570,76	972.244,47		1.086.815,23	0,00	0,00	138.240,00	138.240,00

	Total das Empresas			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração Segregada em:				
i. Remuneração Fixa Anual	3.182.159,81	3.344.006,64	138.240,00	6.664.406,45
. Salário ou pró-labore	2.602.419,27	2.457.318,14	108.000,00	5.167.737,41
. Benefícios diretos e indiretos	59.256,69	204.605,11	-	263.861,80
. Remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	-	0,00
. Outros (INSS + FGTS)	520.483,85	682.083,39	-	1.202.567,24
ii. Remuneração Variável	2.196.560,83	1.975.462,44	-	4.172.023,27
. Bônus	0,00	0,00	-	0,00
. Participação nos resultados	2.196.560,83	1.975.462,44	-	4.172.023,27
. Remuneração por participação em reunião	0,00	0,00	-	0,00
. Comissões	0,00	0,00	-	0,00
. Outros	0,00	0,00	-	0,00
iii. Benefícios pós-emprego	121.625,97	256.009,04	-	377.635,01
iv. Benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo	0,00	0,00	-	0,00
Total da remuneração	5.500.346,62	5.575.478,12	-	11.214.064,74

13.16 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens

3. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES, ELABORADOS DE ACORDO COM O ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

A Companhia adota as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards), emitidas pelo International Financial Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil para suas demonstrações contábeis consolidadas.

10.1 - a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e médio prazo. O índice de liquidez corrente (Ativo Circulante / Passivo Circulante) da Companhia em 31 de dezembro de 2014 foi de 1,75. Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esses índices foram de 0,42 e 0,67, respectivamente.

A Dívida Líquida em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 1.292,4 milhões e dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012 eram de R\$ 1.920,7 milhões e R\$ 1.141,0 milhões, respectivamente.

A Companhia apresentou em 2014 um lucro líquido de R\$ 104,8 milhões, contra um prejuízo de R\$ 382,7 milhões em 2013. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, o prejuízo foi de R\$ 52,9 milhões.

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012, as gerações de caixa ajustadas (EBITDAs Ajustados) foram de R\$ 418,7 milhões, negativa em R\$ 6,8 milhões e R\$ 252,0 milhões, respectivamente.

A Companhia Mato Grosso iniciou em meados de 2014 um processo de melhoria da sua estrutura de capital e perfil de dívida, por intermédio de emissão de ações e de dívidas de longo prazo.

As operações que resultaram a melhoria do perfil de endividamento da Companhia envolveram:

- i) a 5ª emissão de debêntures simples, no montante de R\$ 450 milhões, que fazem jus a uma remuneração com base no CDI, acrescido de 2,28% ao ano. As debêntures têm data de emissão em 15/05/2014 e vencimento em 15/05/2021, sendo 24 meses de carência. Os recursos foram captados em 30 de maio;
- ii) o reperfilamento de uma CCB no montante de aproximadamente R\$ 45 milhões, com vencimento ao final de 5 anos, carência de 24 meses e custo de CDI mais 2,25% ao ano;
- iii) o aumento de capital privado de R\$ 408,7 milhões. Foram emitidas pela Energisa Mato Grosso 51.475.212 ações, sendo 17.764.714 ordinárias e 33.710.498 preferenciais, ao preço de R\$ 7,94 por ação. Consequentemente, o número de ações do capital social da Companhia, de R\$ 1.118,9 milhões, passou a ser de 170.328.517 ações, sendo 58.782.489 ações ordinárias e 111.546.028 ações preferenciais, sem valor nominal;
- iv) o recebimento de créditos de partes relacionadas, cujo saldo em 31/12/2013 era de R\$ 134,8 milhões;
- v) a emissão de Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) pelo prazo de 20 anos a no valor de R\$ 351,4 milhões. A amortização será em 180 meses com carência de 60 meses com juros equivalentes a Taxa Referencial (TR) mais 7% ao ano. Os recursos foram recebidos em 10 de outubro de 2014 e se destinam a investimentos no setor elétrico;
- vi) o parcelamento de encargos setoriais (CDE e RGR) e cotas de energia de Itaipu pelo prazo de 60 meses sendo 24 meses de carência. O parcelamento das cotas de Itaipu foi transformado para Reais. O saldo dos parcelamentos era de aproximadamente R\$ 625,0 milhões em 31/12/2014; e
- vii) Em 25 de agosto de 2014, a Companhia aderiu ao programa do Novo REFIS, instituído pela Lei 12.996/2014, com pagamento de até 20% do saldo em 5 parcelas iguais e sucessivas até que a consolidação dos débitos fiscais (Pis-Cofins, IR e CSLL) fosse realizada pela Receita Federal do Brasil. Em 28 de novembro de 2014, a Companhia optou por efetuar a liquidação total do débito no montante de R\$ 22,8 milhões, de acordo com a Lei 13.043/2014, que permitiu liquidar todo o saldo dos parcelamentos com a utilização de 70% de prejuízos fiscais e/ou base negativa de contribuição social, próprios ou de outras Companhias de um mesmo grupo

econômico e de 30% com pagamento a vista. O processo se encontra em fase de homologação pela Receita Federal do Brasil. Assim foram eliminados todos os parcelamentos de impostos federais, cujo saldo em 31/12/2013 era de R\$ 162,7 milhões.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo consolidado de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Energisa Mato Grosso apresentou aumento de R\$ 553,6 milhões em relação ao valor registrado em 31 de dezembro de 2013. Essa evolução decorre, basicamente, das operações acima mencionadas.

Consequentemente, a dívida líquida da Energisa Mato Grosso, que incluem empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos, encargos financeiros, parcelamentos de impostos, fundo de pensão e parcelamento de encargos setoriais de passou de R\$ 1.920,7 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 1.292,4 milhões em 31 de dezembro de 2014, redução de 32,7% e o índice “Dívida Líquida por EBITDA Ajustado” atingiu o patamar de 3,1 vezes.

As dívidas de curto e longo prazo da Energisa Mato Grosso em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são as seguintes:

Descrição Valor em R\$ milhões	31/12/2014	31/12/2013
Curto Prazo	258,7	1.291,7
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	79,6	399,6
Debêntures	46,7	191,8
Encargos de dívidas	2,9	54,0
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	5,9	64,5
Parcelamento de encargos setoriais	123,6	286,5
Parcelamento de compra de energia Itaipu	-	295,3
Longo Prazo	1.715,3	757,0
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	754,5	539,6
Debêntures	447,3	96,0
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	11,7	121,4
Parcelamento de encargos setoriais	150,7	-
Parcelamento de compra de energia Itaipu	351,1	-
Total das dívidas	1.974,0	2.048,7
(-) Disponibilidades financeiras	681,6	128,0
Total das dívidas líquidas	1.292,4	1.920,7

A Diretoria da Companhia acredita que a relação “Dívida Líquida/EBITDA Ajustado” será reduzida brevemente, haja vista as operações financeiras acima mencionadas.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre o Patrimônio Líquido apresenta conservadores níveis de alavancagem. Em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 essa relação era de 98%, 135% e 93%, respectivamente. Os Diretores da Companhia entendem que a estrutura de capital se situa em níveis satisfatórios.

O Patrimônio Líquido consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 1.317,1 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$ 1.317,1 milhões. Já em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 1.920,7 milhões e R\$ 816,9 milhões e R\$ 1.141,0 milhões e de R\$ 1.227,4 milhões, respectivamente.

- i) hipóteses de resgate;
- ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia, além das legalmente previstas.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia destacam a posição de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 681,6 milhões, contra R\$ 128,0 milhões em 31 de dezembro de 2013 e R\$ 122,6 milhões em 31 de dezembro de 2012.

Em 31 de dezembro de 2014, a relação “Dívida Líquida/EBITDA Ajustado”, considerando o EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses, foi de 3,1 vezes, contra 282,5 vezes no exercício de 2013.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

1) a 5ª emissão de debêntures simples, no montante de R\$ 450 milhões, que fazem jus a uma remuneração com base no CDI, acrescido de 2,28% ao ano. As debêntures têm data de emissão em 15/05/2014 e vencimento em 15/05/2021, sendo 24 meses de carência. Os recursos foram captados em 30 de maio;

2) o reperfilamento de uma CCB no montante de aproximadamente R\$ 45 milhões, com vencimento ao final de 5 anos, carência de 24 meses e custo de CDI mais 2,25% ao ano;

3) o aumento de capital privado de R\$ 408,7 milhões. Foram emitidas pela Energisa Mato Grosso 51.475.212 ações, sendo 17.764.714 ordinárias e 33.710.498 preferenciais, ao preço de R\$ 7,94 por ação. Consequentemente, o número de ações do capital social da Companhia, de R\$ 1.118,9 milhões, passou a ser de 170.328.517 ações, sendo 58.782.489 ações ordinárias e 111.546.028 ações preferenciais, sem valor nominal;

4) o recebimento de créditos de partes relacionadas, cujo saldo em 31/12/2013 era de R\$ 134,8 milhões;

5) a emissão de Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) pelo prazo de 20 anos a no valor de R\$ 351,4 milhões. A amortização será em 180 meses com carência de 60 meses com juros equivalentes a Taxa Referencial (TR) mais 7% ao ano. Os recursos foram recebidos em 10 de outubro de 2014 e se destinam a investimentos no setor elétrico;

6) o parcelamento de encargos setoriais (CDE e RGR) e cotas de energia de Itaipu pelo prazo de 60 meses sendo 24 meses de carência. O parcelamento das cotas de Itaipu foi transformado para Reais. O saldo dos parcelamentos era de aproximadamente R\$ 625,0 milhões em 31/12/2014; e

7) Em 25 de agosto de 2014, a Companhia aderiu ao programa do Novo REFIS, instituído pela Lei 12.996/2014, com pagamento de até 20% do saldo em 5 parcelas iguais e sucessivas até que a consolidação dos débitos fiscais (Pis-Cofins, IR e CSLL) fosse realizada pela Receita Federal do Brasil. Em 28 de novembro de 2014, a Companhia optou por efetuar a liquidação total do débito no montante de R\$ 22,8 milhões, de acordo com a Lei 13.043/2014, que permitiu liquidar todo o saldo dos parcelamentos com a utilização de 70% de prejuízos fiscais e/ou base negativa de contribuição social, próprios ou de outras Companhias de um mesmo grupo econômico e de 30% com pagamento a vista. O processo se encontra em fase de homologação pela Receita Federal do Brasil. Assim foram eliminados todos os parcelamentos de impostos federais, cujo saldo em 31/12/2013 era de R\$ 162,7 milhões.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Buscamos sempre financiamentos que aperfeiçoem o perfil de endividamento do grupo através do BNDES, Financiamento Eletrobrás e outras fontes de financiamentos bancários, como Debêntures e Cédulas de Créditos Bancários.

Adicionalmente, a Companhia tem linhas de financiamentos pré-aprovadas e não utilizadas com bancos de primeira linha caso haja necessidade de algum capital de giro.

O Grupo buscará o controle dos endividamentos pela sua quantidade, duração média (“duration”), custo e escolha de credores (observando qualidade e concentração).

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A dívida líquida da Energisa Mato Grosso, que incluem empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos, encargos financeiros, parcelamentos de impostos, fundo de pensão e parcelamento de encargos setoriais de passou de R\$ 1.920,7 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 1.292,4 milhões em 31 de dezembro de 2014, redução de 32,7% e o índice “Divida Líquida por EBITDA Ajustado” atingiu o patamar de 3,1 vezes.

As dívidas de curto e longo prazo da Energisa Mato Grosso em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são as seguintes:

Descrição Valor em R\$ milhões	31/12/2014	31/12/2013
Curto Prazo	258,7	1.291,7
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	79,6	399,6
Debêntures	46,7	191,8
Encargos de dívidas	2,9	54,0
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	5,9	64,5
Parcelamento de encargos setoriais	123,6	286,5
Parcelamento de compra de energia Itaipu	-	295,3
Longo Prazo	1.715,3	757,0
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	754,5	539,6
Debêntures	447,3	96,0
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	11,7	121,4
Parcelamento de encargos setoriais	150,7	-
Parcelamento de compra de energia Itaipu	351,1	-
Total das dívidas	1.974,0	2.048,7
(-) Disponibilidades financeiras	681,6	128,0
Total das dívidas líquidas	1.292,4	1.920,7

O custo médio das dívidas ao final de 2014 ficou em 11,05% (96% do CDI) e o prazo médio em 13,7 anos.

i. Contratos de Empréstimo e Financiamento Relevantes

A Companhia celebrou diversos contratos financeiros com diferentes instituições para o financiamento de seus projetos de expansão, ampliação de suas atividades e a rolagem de sua dívida.

Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a Companhia figurava como parte, em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 (valores expressos em R\$ mil):

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas:

Operações	Encargos da dívida	Principal		Total	
		Circulante	Não Circulante	2014	2013 reapresentado
BASA	-	-	-	-	30.287
BRADESCO	-	-	-	-	189.386
ELETROBRAS - 4º Tranche - ECF 235/2008	-	6.609	30.844	37.453	63.324
ELETROBRAS - IRD - ECF 991/96	4	49	327	380	429
ELETROBRAS - Luz no Campo - ECF 1976/00	-	-	-	-	12.661
ELETROBRAS - 1º Tranche - ECFS 029/2004	-	3.796	2.215	6.011	19.081
ELETROBRAS - 2º Tranche - ECF 139/2006	-	7.634	17.177	24.811	52.563
ELETROBRAS - 3º Tranche - ECF 189/2007	-	5.373	20.595	25.968	46.480
ELETROBRAS - 2º Tranche - ECF 2600/2006	-	10.297	32.606	42.903	84.972
ELETROBRAS - Reluz - ECF 2673/2008	-	-	-	-	3.254
ELETROBRAS - 5º Tranche - ECF 0276/2009	-	9.182	56.624	65.806	100.353
ELETROBRAS - ECF 3162/2014	-	-	144.187	144.187	-
FIBRA/BTG	64	7.907	-	7.971	19.911
FIBRA	-	-	-	-	4.721
FIDC	2.456	-	351.415	353.871	-
ITAÚ - CCB 100112080005200	-	-	-	-	18.766
ITAÚ - CCB 100112080011100 op. 15906	-	-	-	-	30.264
ITAÚ BBA	-	-	-	-	36.599
JP MORGAN	55	14.857	21.048	35.960	50.830
MERRILL LYNCH	-	-	-	-	20.785
SAFRA	-	80	27	107	187
SANTANDER	270	-	32.000	32.270	34.792
SOCIETE - SG	-	-	-	-	6.484
(-) Custos de captação incorridos na contratação:					
Despesas antecipadas empréstimo Bradesco	-	-	-	-	(2.178)
Total em moeda nacional	2.849	65.784	709.065	777.698	823.951
BID - SUBCREDITO A	-	-	-	-	85.319
TESOURO NACIONAL - 1 DMLP-BÔNUS DESCONTO	-	-	-	-	19.424
TESOURO NACIONAL - 2 DMLP-BÔNUS AO PAR	-	-	-	-	28.095
TESOURO NACIONAL - 4 BÔNUS CAPITALIZAÇÃO	-	-	-	-	1.199
MERRILL LYNCH - OP. 22239	29	9.659	13.683	23.371	-
Total em moeda Estrangeira	29	9.659	13.683	23.371	134.037
Total geral da dívida	2.878	75.443	722.748	801.069	957.988

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os contratos de empréstimos possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2014, as exigências contratuais não foram cumpridas para o contrato CCB Fibra/BTG. A Companhia tem waiver aprovado em 31 de agosto de 2014 com validade para até 31 de dezembro de 2014.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2014:

Operação	Vencimento	Características da Operação			Custo da Dívida		
		Periodicidade Amortização	Garantias Reais	Prazo Médio meses	Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR (Taxa efetiva de juros)
BASA	08/06/2017	MENSAL	DENERGE/JORGE/REDE/QMRA	94	CDI	4,91 a 7,44%	15,71 a 18,24%
ELETROBRAS - 4º Tranche - ECF 235/2008	30/08/2020	MENSAL	Recebíveis	145	PRÉ	6,00%	6,00%
ELETROBRAS - IRD - ECF 991/96	15/08/2022	TRIMESTRAL	Livre de Garantias	313	PRÉ	8,00%	8,00%
ELETROBRAS - Luz no Campo - ECF 1976/00	30/04/2013	MENSAL	Recebíveis	158	PRÉ	6,00%	6,00%
ELETROBRAS - 1º Tranche - ECFS 029/2004	30/07/2016	MENSAL	Recebíveis	146	PRÉ	6,00%	6,00%
ELETROBRAS - 2º Tranche - ECF 139/2006	30/03/2018	MENSAL	Recebíveis	144	PRÉ	6,00%	6,00%
ELETROBRAS - 3º Tranche - ECF 189/2007	30/10/2019	MENSAL	Recebíveis	145	PRÉ	6,00%	6,00%
ELETROBRAS - 2º Tranche - ECF 2600/2006	28/02/2019	MENSAL	Recebíveis	146	PRÉ	7,00%	7,00%
ELETROBRAS - Reluz - ECF 2673/2008	30/11/2014	MENSAL	Recebíveis	77	PRÉ	6,50%	6,50%
ELETROBRAS - 5º Tranche - ECF 0276/2009	28/02/2022	MENSAL	Recebíveis	143	PRÉ	6,00%	6,00%
ELETROBRAS - ECF 3162/2014	29/11/2019	MENSAL	Recebíveis	60	SELIC	0,00%	10,90%
FIBRA/BTG	11/08/2015	MENSAL	Cessão Subrogação CCC Proj Comodoro+Aval	60	CDI	4,43%	15,24%
FIBRA	11/01/2017	MENSAL	Cessão Subrogação CCC Proj Comodoro+Aval	77	CDI	4,43%	15,24%
FIDC	01/11/2014	MENSAL	Recebíveis	240	TR	7,00%	7,86%
ITAÚ - CCB 100112080005200	22/05/2017	MENSAL	Livre de Garantias	57	CDI	2,00%	12,81%
ITAÚ - CCB 100112080011100 op. 15906	08/05/2017	MENSAL	Recebíveis	56	CDI	3,90%	14,71%
ITAÚ BBA	22/05/2017	MENSAL	Sub rogação CCC	100	CDI	4,90%	15,71%
JP MORGAN	26/05/2017	MENSAL	Recebíveis	53	CDI	2,00%	12,81%
MERRILL LYNCH	04/05/2017	MENSAL	Livre de Garantias	52	CDI	2,00%	12,81%
SAFRA	15/04/2016	MENSAL	Livre de Garantias	59	URTJLP	3,90 a 6,50%	8,90 a 11,50%
SANTANDER	06/06/2019	MENSAL	Recebíveis + Aval	60	CDI	2,28%	13,09%
SOCIETE - SG	26/05/2017	MENSAL	Livre de Garantias	53	CDI	2,00%	12,81%
TESOURO NACIONAL - 1 DMLP-BÔNUS DESCONTO	15/04/2024	SEMESTRAL	Recebíveis	312	LIBOR	0,81%	1,15%
TESOURO NACIONAL - 2 DMLP-BÔNUS AO PAR	15/04/2024	SEMESTRAL	Recebíveis	312	PRÉ	6,00%	6,00%
MERRILL LYNCH - OP. 22239	04/05/2017	MENSAL	Fiança	32	LIBOR	1,50%	1,84%

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no ano:

Moeda/indicadores	2014	2013
US\$ x R\$	13,39%	14,64%
TJLP	5,00%	5,00%
SELIC	10,90%	8,22%
CDI	10,81%	8,06%
TR	0,86%	0,19%
LIBOR	0,16%	0

Em 31 de dezembro de 2014, os empréstimos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	2014
2016	79.094
2017	107.184
2018	91.243
2019	69.376
2020	13.637
Após 2020	362.214
Total	722.748

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios findos em 2014 e 2013:

Descrição	2014	2013 reapresentado
Saldo em 2013 e 2012	957.988	917.524
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	378.246	21.193
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	79.703	117.261
Pagamento de principal	(535.957)	(38.295)
Pagamento de juros	(78.911)	(59.695)
Saldo em 2014 e 2013	801.069	957.988
Circulante	78.321	450.065
Não circulante	722.748	507.923

Debêntures (não conversíveis em ações) - Principais características das debêntures:

	2ª Emissão	3ª Emissão	4ª Emissão	5ª Emissão
Tipo de emissão	Pública	Pública	Pública	Pública
Data de emissão	15/04/2010	07/04/2011	19/10/2011	15/05/2014
Data de vencimento	15/05/2017	07/04/2016	20/12/2021	17/05/2021
Garantia	Flutuante	Flutuante	Flutuante	Flutuante
Rendimentos	1ª Serie CDI + 2,75% a.a - 2ª a 13ª Séries IPCA + 9,15%	CDI + 3,90%	CDI + 3,75%	CDI + 2,28%
TIR (taxa efetiva de juros)	1ª Serie 13,6% a.a - 2ª a 13ª Séries 15,7%	14,70%	14,55%	13,08%
Quantidade de títulos	250	98	1000	45000
Valor na data de emissão	1.000.000	1.000.000	100.000	10.000
Títulos em circulação	250	34	1000	45000
Carência de Juros	6 meses	6 meses	Não há	6 meses
Data de repactuação	01/08/2012	21/08/2012	14/05/2012	-
Amortizações/parcelas	Mensal	Mensal	Mensal	Mensal após a carência
	250.000.000	98.000.000	100.000.000	450.000.000

	2ª Emissão	3ª Emissão	4ª Emissão	5ª Emissão	Total
Saldos em 31/12/2014 (1)	40.430	-	-	453.622	494.052
Circulante	40.430	-	-	6.315	46.745
Não circulante	-	-	-	447.307	447.307
Saldos em 31/12/2013 (1)	172.998	21.663	93.116	-	287.777
Circulante	172.998	7.212	11.564	-	191.774
Não circulante	-	14.451	81.552	-	96.003

(1) Inclui R\$3.647 (R\$3.747 em 2013) referente a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices

financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2014, as exigências contratuais não foram cumpridas para a 2ª emissão, tendo sido reclassificadas para o circulante. O waiver tem validade para até 31 de dezembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014 as debêntures classificadas no não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2014
2016	51.697
2017	89.466
2018	89.647
2019	89.825
2020	90.012
após 2020	36.660
Total	447.307

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios findos em 2014 e 2013:

Descrição	2014	2013 reapresentado
Saldos em 2013 e 2012	287.777	290.259
Novas emissões de debêntures- 5º emissão	450.000	-
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	67.524	37.975
Pagamento de principal	(257.072)	(10.222)
Pagamento de juros	(54.177)	(30.235)
Saldos em 2014 e 2013	494.052	287.777
Circulante	46.745	191.774
Não circulante	447.307	96.003

Financiamento por arrendamento mercantil

Operações	Total	
	2014	2013 reapresentado
BRADESCO	-	21
HP - 04365ER14V6	27	79
Total em moeda nacional	27	100
CESSNA FINANCE (1)	35.898	35.049
Total em moeda Estrangeira	35.898	35.049
Total	35.925	35.149
Circulante	4.142	3.474
Não Circulante	31.783	31.675

(1) Contratos com incidência de Caução no montante de R\$8.141 em 31 de dezembro de 2014 (R\$7.163 em 2013), contabilizado na rubrica Cauções e Depósitos Vinculados.

A Companhia possui arrendamento mercantil no montante de R\$35.925 (R\$35.149 em 2013) referente a veículos, equipamentos e aeronave, líquido de depreciação, registrados no ativo imobilizado, adquiridos através de contrato de arrendamento mercantil com cláusulas de opção de compra, com prazo de duração e taxas de juros conforme abaixo:

Condições contratuais do arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2014:

Operação	Vencimento	Características da Operação			Custo da Dívida		
		Periodicidade Amortização	Garantias Reais	Prazo Médio meses	Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR (Taxa efetiva de juros)
HP - 04365ER14V6	16/04/2015	MENSAL	Aval	36	CDI	0,00%	10,81%
CESSNA FINANCE	29/09/2020	TRIMESTRAL	Depósito Caução	120	PRÉ	6,75%	6,75%

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia em atendimento ao CPC-06 (R1) (Operação de Arrendamento Mercantil), reconheceu os montantes de R\$5.452 (R\$5.452 em 2013), como despesa de depreciação e de R\$2.307 (R\$2.467 em 2013) como despesa financeira referente aos encargos dos contratos.

A liquidação dos contratos no montante de R\$35.925, será finalizada em 29 de setembro de 2020. Os montantes em moeda nacional montam em R\$27 (R\$100 em 2013) e em moeda estrangeira - R\$35.898 (R\$35.049 em 2013).

Em 31 de dezembro de 2014 os contratos têm seus vencimentos assim programados:

	2014
2015	4.142
2016	4.393
2017	4.697
2018	5.022
2019	5.370
2020	12.301
Total	35.925
Circulante	4.142
Não Circulante	31.783

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios findos em 2014 e 2013:

Descrição	2014	2013 reapresentado
Saldo em 2013 e 2012	35.149	29.954
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	-	641
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	6.696	7.180
Pagamento de principal	(3.573)	(212)
Pagamento de juros	(2.347)	(2.414)
Saldo em 2014 e 2013	35.925	35.149
Circulante	4.142	3.474
Não circulante	31.783	31.675

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os recursos dos empréstimos da Eletrobrás são liberados de acordo com o cronograma físico-financeiro de cada investimento. Em dezembro de 2014, existiam os seguintes valores contratados e não liberados para a Energisa Mato Grosso: R\$ 40,9 milhões da Eletrobrás.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Comparação dos Resultados Operacionais nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Principais alterações nas contas de resultado

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida foi de R\$ 2.769,3 milhões em 2014, contra R\$ 2.313,0 milhões em 2013, representando um aumento de 19,7% (R\$ 456,0 milhões). Este resultado decorre principalmente do crescimento de 9,2% das vendas de energia no mercado próprio.

Custo do Serviço de Energia Elétrica

O custo do serviço de energia elétrica foi de R\$ 2.110,6 milhões em 2014, contra R\$ 1.884,8 milhões em 2013, representando um aumento de 12,0% (R\$ 225,8 milhões).

Resultado Bruto

O resultado bruto consolidado em 2014 apresentou aumento de 53,8%, para R\$ 658,7 milhões, em consequência do maior incremento relativo das receitas em relação ao aumento relativo dos custos do serviço.

Despesas com vendas, gerais e administrativas

As despesas com vendas apresentaram redução de 8,8%, para R\$ 389,2 milhões, em decorrência principalmente, da redução das provisões de créditos de liquidação duvidosa e contingências.

Resultado antes das receitas e despesas financeiras

O resultado antes das receitas e despesas financeiras totalizou R\$ 222,8 milhões, contra um resultado negativo de R\$ 149,2 milhões em 2013.

Resultado Financeiro (receitas menos despesas financeiras)

O resultado financeiro em 2014 representou uma despesa financeira líquida de R\$ 258,6 milhões, contra uma despesa financeira líquida de R\$ 252,5 milhões em 2013, com ligeiro aumento de 2,4%.

Lucro Líquido

O lucro líquido atingiu R\$ 104,8 milhões em 2014, frente ao prejuízo de R\$ 382,7 milhões registrados no ano anterior.

ATIVO

Circulante

Caixa e Aplicações financeiras: em 31 de dezembro de 2014 as aplicações financeiras avaliadas a valor justo atingiram R\$ 681,6 milhões, contra R\$ 128,0 milhões em 31 de dezembro de 2013, o que representa um aumento de 432,5% em comparação com 31 de dezembro de 2013. Em 01 de janeiro de 2013, o saldo de caixa e aplicações era de R\$ 122,6 milhões.

Clientes, consumidores e concessionárias: Em 31 de dezembro de 2014, esta rubrica atingiu R\$ 440,3 milhões, o que representa um aumento de 6,5% em comparação com 31 de dezembro de 2013. Em 01 de janeiro de 2013, o saldo desta conta era de R\$ 566,5 milhões.

ATIVO

Não Circulante

Contas a receber da concessão: em 31 de dezembro de 2014 esses ativos atingiram R\$ 878,9 milhões, o que representa um aumento de 19,2% em comparação com 31 de dezembro de 2013, de R\$ 737,1 milhões. Em 01 de janeiro de 2013, o saldo desta conta era de R\$ 566,5 milhões.

Com o advento da Lei 12.783/2013 foi confirmada a intenção do Poder Concedente de utilizar o Valor Novo de Reposição (VNR) para valoração dos créditos a receber da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

Créditos tributários: Em 31 de dezembro de 2014, esta rubrica atingiu R\$ 151,8 milhões, o que representa um aumento de 551,5% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando totaliza R\$ 23,3 milhões. Em 01 de janeiro de 2013, o saldo desta conta era de R\$ 122,3 milhões.

PASSIVO

Circulante

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2014, os “Empréstimos e Financiamentos” atingiram R\$ 75,4 milhões, o que representa uma redução de 81,0% em relação a 31 de dezembro de 2013, quando totaliza R\$ 397,6 milhões. Em 1 de janeiro de 2013, o saldo desta conta era de R\$ 249,9 milhões. Essa redução deve-se às operações de alongamento de dívidas realizadas em 2014.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2014, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 46,7 milhões, o que representa uma redução de 75,7% em relação a 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$ 191,8 milhões. Em 1 de janeiro de 2013, o saldo desta conta era de R\$ 290,3 milhões. A variação no saldo decorre basicamente da emissão de debêntures.

PASSIVO

Não Circulante

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2014, a conta “Empréstimos e Financiamentos” atingiu R\$ 722,7 milhões, o que representa um aumento de 42,3% em relação a 31 de dezembro de 2013. Em 1 de janeiro de 2013, o saldo desta conta era de R\$ 646,4 milhões. O aumento no saldo decorre de captação de recursos para fazer frente aos investimentos no setor elétrico.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2014, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 447,3 milhões, o que representa um aumento de 365,9% em relação a 31 de dezembro de 2013. A variação no saldo decorre basicamente da 5ª emissão de debêntures no valor de R\$ 450,0 milhões. Em 1 de janeiro de 2013, a Companhia não tinha debêntures no longo prazo.

Patrimônio Líquido

Capital Social: Em 31 de dezembro de 2014, a conta Capital Social atingiu R\$ 1.118,9 milhões, contra R\$ 710,2 milhões em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Esse aumento decorre do aumento de capital por subscrição particular de ações.

10.2 - a) Resultados das operações da Companhia

Em 2014, a Energisa Mato Grosso apresentou receita operacional líquida de R\$ 2.769,3 milhões, contra R\$ 2.313,0 milhões em 2013, ou seja, aumento de 19,7% (R\$ 456,3 milhões).

As despesas operacionais totalizaram R\$ 2.546,5 milhões em 2014, aumento de 3,4% (ou R\$ 84,8 milhões) em relação a 2013. O expressivo aumento ocorreu em função da aquisição das empresas do Grupo Rede.

Em 2014, a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 104,8 milhões, revertendo o prejuízo de R\$ 382,7 milhões registrados em 2013.

A geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) saltou para R\$ 418,7 milhões, ante uma geração negativa de caixa de R\$ 6,8 milhões em 2013.

A seguir, a evolução do lucro líquido e da geração de caixa (EBITDA) da Companhia:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T14	4T13	Var.%	2014	2013	Var. %
(=) Lucro Líquido	105,7	(125,3)	-	104,8	(382,7)	-
(-) Contribuição social e imposto de renda	145,5	1,7	+ 8.591,2	140,6	19,0	+ 642,5
(-) Resultado financeiro	(98,6)	(94,8)	- 4,2	(258,6)	(252,5)	- 0,7
(-) Depreciação e amortização (*)	(61,9)	(18,6)	+ 232,8	(155,8)	(111,2)	+ 40,1
(=) Geração de caixa (EBITDA)	120,7	(13,6)	-	378,6	(38,0)	-
(+) Receita de acréscimos moratórios	11,0	5,5	+ 100,0	40,1	31,2	+ 28,5
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	131,7	(8,1)	-	418,7	(6,8)	-
Margem do EBITDA Ajustado (%)	22,5	(1,4)	+ 23,9 p.p	15,9	(0,3)	+ 16,2 p.p

(*) Incluem créditos de PIS e Cofins (9,25%)

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas de venda de energia para os consumidores cativos não são reajustadas por um índice específico e sim, de acordo com a metodologia da ANEEL. Já a receita da energia vendida para os consumidores livres são impactadas pela variação no IGPM.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Variações no IPC-A afetam os contratos de compra de energia e alteram o resultado operacional. Além disso, variações nas taxas de juros afetam o resultado financeiro.

10.3 - a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável à Companhia

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável à Companhia

c) Eventos ou operações não usuais

Não aplicável

10.4 - a) Mudanças significativas nas práticas contábeis e b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo IASB - International Accounting Standards Board

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras.

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir destas demonstrações financeiras. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores.

- Modificações à IAS 39 - Compensação de derivativos e continuação da contabilidade de hedge;
- Modificações à IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Divulgação de montantes recuperáveis para ativos não-financeiros;
- Modificações às IFRS 10,12 e IAS 27 - Entidades de Investimento;
- Modificações à IAS 32 (CPC 39)- Compensação de Ativos e Passivos Financeiros;
- IFRIC 21 - Taxas do Governo;

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas pela Companhia, é como segue:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros (5)
- IFRS 15 Receitas de Contratos com clientes (4)
- Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2) Acordo contratual conjunto (3)
- Modificações às IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis (3)
- Modificações às IAS 16 / CPC 27 e IAS 41 / CPC 29 Agricultura: Plantas produtivas (3)
- Modificações à IAS 19/CPC 33 (R1) Plano de Benefício Definido: Contribuição do Empregado
- Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2010-2012 (2)
- Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2011-2013 (1)

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014, com adoção antecipada permitida.

(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014, com exceções. Adoção antecipada permitida.

(3) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.

(4) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.

(5) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros.

10.5 - Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia

Não aplicável

10.6 - Controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras

Grau de eficiência dos controles

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. A Companhia está atenta às novas tecnologias e investe constantemente em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os relatórios e os pareceres dos auditores independentes com relação às demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014 não apontam quaisquer deficiências relevantes sobre os procedimentos e controles internos utilizados pela Energisa para elaboração das suas demonstrações contábeis.

10.7 - a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

A Energisa Mato Grosso realizou, em maio de 2014, a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, no valor de R\$ 450 milhões. Os recursos foram captados em maio e se destinam a melhoria da estrutura de capital da Companhia.

b e c) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvios.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia

Ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no balanço

Não aplicável

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável

10.9 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável

10.10 - Principais elementos do plano de negócios da Companhia

a) Investimentos

Com foco em projetos que visam o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados, a Energisa Mato Grosso investiu, em 2014, R\$ 304,2 milhões. Entre as realizações, destacam-se:

i) Investimentos em universalização nas áreas urbanas; ii) Manutenção em rede de média e baixa

tensão; iii) Obras de expansão de rede de distribuição; iv) Obras para melhoria do nível de tensão; v) Investimentos no combate ao furto de energia; vi) Melhoria no sistema de aterramento; vii) Instalação de equipamentos diversos - Reguladores de tensão / Religadores / Bancos de capacitores; viii) Instalação de chaves telecomandadas e 9) Obras de melhoria na Rede de Distribuição.

O quadro a seguir apresenta a evolução dos principais ativos operacionais da Companhia no ano:

Descrição do ativo	Dez/2014	Dez/2013	Acréscimo 2014/2013
Subestações - nº	156	149	+ 7
Capacidade instalada nas subestações - MVA	3.030	2.802	+ 228
Linhas de transmissão - km	5.751	5.694	+ 57
Redes de distribuição (próprias) - km	114.616	113.071	+ 1.545
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	127.405	125.884	+ 1.521
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	2.206	2.110	+ 96

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não se aplica

c) Novos produtos e serviços

Não aplicável

10.11 - Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima

Cataguases, 30 de março de 2015.

Ivan Müller Botelho
Presidente do Conselho de Administração